PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 69/2017

Pregão Eletrônico – Registro de Preços

Protocolo n.º 7699/2017 (PAD)

ABERTURA DA LICITAÇÃO

DIA 08/11/2017 às 16:00 HORAS

COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), EXCETO PARA OS ITENS 01 e 07

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, UASG (070019), por meio da Pregoeira designada pela Portaria nº 179/2017 da Diretora-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço por item,** regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06 (com redação dada pela LC 147/2014), Decretos n.º 5.450/05, nº 7.892/13 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014) e nº 8.538/2015, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **08 (oito) de novembro de 2017, às 16:00 horas**, no prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin, nº 224, na Sala de Licitações, A-432, Bairro Prado Velho, CEP 80.220-902, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, o **Termo de Referência - Anexo I e a Ata de Registro de Preços – Anexo II.**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha das melhores propostas de preços unitários **para a aquisição de materiais de consumo, na categoria MATERIAIS de HIGIENE E LIMPEZA**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral (Órgão Gerenciador) e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado – 33º BIM, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência – Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.1.1 - Com exceção dos itens 01 e 07, todos os itens são para participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 6º do Decreto nº 8538/2015.

3.1.2 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;

c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

3.4.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.5 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.5.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.5.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/PR, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

Atenção: A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.2 - Até a abertura da Sessão Pública as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

4.4 - O valor máximo unitário de cada item consta no Termo de Referência – Anexo I (item 2.1).

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 – A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 2.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (fretes, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.6.1 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.6.1.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.7 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á ao fornecimento descrito neste edital.

4.8 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.9 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento "Relação de Itens") não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.10 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, de que a empresa não emprega menor e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso (conforme item 9.2).

4.10.1 - As declarações citadas no item anterior somente serão visualizadas pela Pregoeira na fase de habilitação.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - A Pregoeira iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, a Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.2.1 - Nesta fase a Pregoeira poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo valor UNITÁRIO do item.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor dos 5 (cinco) menores lances registrados.

7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão da Pregoeira, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Depois de expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

7.6 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1 - Quando a desconexão persistir, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

7.7 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.8 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 – Caso haja propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte, **relativamente ao item 01 e 07,** iguais ou até 5% superiores à proposta detentora do melhor lance e não sendo esta ME ou EPP, será assegurada preferência de contratação, respeitado o que segue:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, controlados pelo sistema, sob pena de preclusão.

b) Caso o lance ofertado, conforme condições do item anterior, seja inferior ao menor lance original, o objeto será adjudicado em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte, se habilitada.

c) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP que se enquadrem na condição prevista, na ordem classificatória, para a manifestação do mesmo direito.

d) Caso o empate persista até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os fornecedores envolvidos, definindo e convocando, automaticamente, a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate.

e) Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos previstos neste Edital, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme itens abaixo.

8.1.1 - Na hipótese de nenhuma empresa classificada exercer o direito de preferência, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.2 e seguintes.

8.1.2 – Para os itens cuja participação é exclusiva para ME e EPP (todos os itens, exceto os itens 01 e 07), desconsidera-se o contido no item 8.1, sendo o objeto adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, conforme item 8.2 e seguintes.

8.2 – Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira efetuará a aceitação, classificando as propostas de **menor preço por item**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, para que seja obtido preço melhor.

8.2.1 - Para a aceitação da proposta a licitante deverá atentar para o fato de que todos os valores deverão conter apenas 02 (duas) casas decimais.

8.2.2 - Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 4.5 deste edital.

8.3 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor valor por item** e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.3.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, a Pregoeira poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

8.4 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestamento inexequíveis.

8.4.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.4.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29 da Lei nº 8.666/93, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida *on line* pela Pregoeira, que verificará a validade dos documentos.

9.1.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, a Pregoeira poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.1.2 – Para as microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

9.1.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.2 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes as declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.10).

9.3 - A condição exigida no item 3.2 será verificada pela Pregoeira na fase de habilitação.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

9.4 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, a Pregoeira considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

9.5 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9.6 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº 10.520, artigo 4º e seus incisos.

10 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 – O Cadastro de Reserva será formado por meio do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

10.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita por *email*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

10.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como "Resultado por Fornecedor", "Declarações", "Termo de Homologação", etc.

10.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 10.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

10.3 – Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 e 9 deste edital.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, pelos *e-mails*: cpl@tre-pr.jus.br e slic@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão ".doc", possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pela Pregoeira.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

12.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

12.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 10, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

12.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

12.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

12.6 – Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

13 - DA ATA COMPLEMENTAR

13.1 - Na hipótese de a empresa vencedora ou aquelas que aceitaram reduzir seus preços, após cumprido o contido no item 10.3, não assinarem a Ata de Registro de Preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

13.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

14 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

14.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento e Finanças, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

14.2.1 - A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado feito pelo TRE.

14.2.2 - Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item acima, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, devendo ser encaminhado, previamente à entrega, por e-mail (logmat@tre-pr.jus.br), em formato PDF. O documento físico deverá acompanhar a entrega do produto, junto com a cópia da Nota de Empenho.

15.1.1 - Estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na licitação e constante nos documentos entregues.

15.1.2 - Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

a) CNPJ da Contratada;
b) CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
c) Data de emissão da nota fiscal;
d) Descritivo dos valores unitário e total;
e) Dados bancários para créditos: Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada.

15.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

15.2 - Das condições do pagamento:

15.2.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

15.2.1.1 – O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências editalícias.

15.2.1.2 - O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de até **20 (vinte) dias corridos** após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

15.2.1.3 – Se o valor da nota fiscal for de até R$ 8.000,00 (oito mil reais), o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

15.2.1.4 - Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

I = i/365 (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);
I = (6/100)/365.

15.2.1.5 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.2.2 - O gestor da contratação procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo naquela hipótese prevista no item 4.6.1.1.

15.2.3 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.2.4 - O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

15.2.5 - O não atendimento às especificações do documento fiscal, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, darão causa ao previsto no item acima.

15.3 - Da regularidade fiscal:

15.3.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal em vigor na data do pagamento, nos quais conste o CNPJ da Contratada.

15.3.1.1 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

15.3.1.2 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

15.3.2 - Caso a Contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, necessária para que o Contratante efetive/formalize cada pedido de aquisição do objeto, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor do Contrato, visando regularizar a documentação, sob pena de ser aplicada a sanção de Advertência. Permanecendo a inadimplência, poderá haver o cancelamento da Ata de Registro de Preços, com aplicação das demais sanções cabíveis.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

16 - DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

16.1 - Da substituição tributária:

16.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB nº 1234/12, IN RFB nº 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

16.2 - Dos tributos federais:

16.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB nº 1234/12.

16.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

16.2.3- A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB nº 1234/12 - anexo IV.

16.3 - Quanto à incidência as retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação[1], os licitantes estarão sujeitos à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: "quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;

b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;

c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses.

17.2.1 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

[1] Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

17.2.2 - Reputar-se-ão comportamentos inidôneos, para os fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na Ata de Registro de Preços (minuta anexa a este edital).

17.4 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços , a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda[2] e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pela Pregoeira, caberão recursos nos termos do artigo 26 e parágrafos do Decreto nº 5.450/05.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – Tanto no julgamento quanto na habilitação das propostas, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do § 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

[2]Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário de funcionamento deste Tribunal (12h às 19h).

19.3 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.4 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidas na Rua João Parolin nº 224.

- Pregoeira/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741/8730 ou *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8450 / 3330-8753 / 3072-4796 ou *e-mail* slic@tre-pr.jus.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.

Curitiba, 24 de outubro de 2017.

Beatriz Rodrigues de Melo

Pregoeira

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 – Registro de Preços para a aquisição de materiais de consumo, na categoria MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral (Órgão Gerenciador) e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado – 33º BIM, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as características descritas neste Termo de Referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS

2.1 - Poderão ser adquiridos os itens nas quantidades e especificações a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANTIDADE		QTD. TOTAL	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO
			TRE/PR	33º BIM		
1	**ALCOOL EM GEL 70% PARA MAOS** - Glicerinado, com bico dosador, etílico, com ação antisséptica para mãos. O produto deve eliminar 99% de germes e bactérias, na embalagem deverá constar aprovação do INMETRO. Apresentação: frasco plástico de 500 ml. Prazo de VALIDADE: 02 anos a contar da data de entrega ao tribunal.	FRASCO com 500ml	30.000	100	30.100	R$ 6,70
2	**DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO INTERFOLHADO** em plástico ABS ou polipropileno, para folha simples ou dupla, com visor para controle do papel, fechamento com chave, nas cores branco ou transparente (cristal), nas medidas aproximadas de 325mm x 132mm x 120mm.	UNIDADE 1 dispenser	50	-	50	R$ 18,53
3	**DISPENSER PARA PAPEL TOALHA -** em plástico ABS, nas medidas de 36 cm de altura, 27 cm de largura, 12 cm de profundidade, com capacidade para 600 folhas, com visor pequeno na parte frontal, sistema de fixação na parede com bucha e parafuso, abertura na parte superior com chave. Marca de Referência: PREMISSE	UNIDADE 1 dispenser	100	-	100	R$ 24,35
4	**DISPENSER PARA SABONETE EM ESPUMA**, material polipropileno, sistema espuma, com kit reservatório para abastecimento, carregamento feito pela parte superior, fixação na parede por meio de parafusos, tecla aperte com limite de curso, sistema de tecla de destravamento para abastecimento que dispensa chave, cor branca, visor frontal transparente. Medidas: mínimo de 23cm de altura e aproximadas de 11cm x 11cm de largura e profundidade. Capacidade em volume: 800ml. O material deverá ser entregue com ficha técnica do produto.	UNIDADE 1 dispenser	200	-	200	R$ 20,75
5	**FILTRO DE ÁGUA PONTO DE USO - POU 4.7/8"** – para eventual substituição nos bebedouros IBBL CAR100 - filtro para ponto de uso de alta vazão; - rosca de entrada e saída de ½"; - dimensões do filtro (alt./larg./prof.) 182x160x115mm; - peso líquido aproximado (com niple) 800g - volume interno 0,54 litros; - vazão nominal 150litros/h; - vida útil do refil 5.000 litros ou 6 meses; - Compatível com bebedouro IBBL CAR100.	UNIDADE 1 filtro	10	-	10	R$ 34,86
6	**FLANELA PARA LIMPEZA** - Tamanho aproximado 30cm x 40cm, tecido 100% algodão, em overloque. Prazo de validade indeterminado. Unidade de medida: A entrega deverá ser feita em embalagens com 10 flanelas cada.	UNIDADE	30.000	50	30.050	R$ 0,79

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

7	**LENCO UMEDECIDO EM TNT** - dermatologicamente testado, elaborado com ingredientes não alcoólicos, ph neutro, com lanolina e extrato de algodão, acondicionados em embalagem plástica, sistema de picote puxa fácil com exclusiva tampa flip-top. Quantidade mínima de lenços por embalagem: 48 unidades medidas mínimas de cada lenço: 19cm x 15cm. Prazo de validade mínimo de 24 meses, a contar da entrega ao tribunal. Prazo deve vir impresso na embalagem.	CAIXA	60.000	-	60.000	**R$ 10,67**
8	**LUVA DE BORRACHA DESCARTAVEL**, Não estéril, ambidestra, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, superfície lisa, com selo INMETRO impresso na embalagem, caixa com 100 unidades. Validade: 05 anos. Tamanho: médio	CAIXA com 100 luvas	4.500	500	5.000	**R$ 12,29**
9	**LUVA DE BORRACHA DESCARTAVEL** - Não estéril, ambidestra, levemente pulverizada com pó bio-absorvível, superfície lisa, com selo INMETRO impresso na embalagem, caixa com 100 unidades. Validade: 05 anos. Tamanho: pequeno	CAIXA com 100 luvas	3.500	-	3.500	**R$ 12,49**
10	**LUVA NITRÍLICA** - Luva de proteção contra agentes biológicos, descartável, confeccionada em borracha nitrílica, sem talco, sem qualquer tipo de pó, antialérgica, tipo punho curto, ambidestra, na cor azul, com acabamento da palma liso, não esterilizada. Características Adicionais: - Aplicação: para servidores portadores de processos alérgicos ao contato direto com o látex ou com o talco, - Confeccionada em nitrílica com ausência de pó lubrificante a base de amido, - com bainha e formato anatômico, - material íntegro, sem manchas, - boa resistência ao calçar, - tamanho "P" - embalagens devidamente identificadas, devendo constar tamanho, lote, data de fabricação e validade, Unidade de entrega: CAIXA com 100 luvas. Prazo de validade: mínimo de 48 meses a contar da entrega do material ao Tribunal.	CAIXA com 100 luvas	200	-	200	**R$ 19,81**
11	**LUVA NITRÍLICA** - Luva de proteção contra agentes biológicos, descartável, confeccionada em borracha nitrílica, sem talco, sem qualquer tipo de pó, antialérgica, tipo punho curto, ambidestra, na cor azul, com acabamento da palma liso, não esterilizada. Características Adicionais: - Aplicação: para servidores portadores de processos alérgicos ao contato direto com o látex ou com o talco, - Confeccionada em nitrílica com ausência de pó lubrificante a base de amido, - com bainha e formato anatômico, - material íntegro, sem manchas, - boa resistência ao calçar, - tamanho "M" - embalagens devidamente identificadas, devendo constar tamanho, lote, data de fabricação e validade, Unidade de entrega: CAIXA com 100 luvas. Prazo de validade: mínimo de 48 meses a contar da entrega do material ao Tribunal.	CAIXA com 100 luvas	130	-	130	**R$ 22,29**
12	**LUVA NITRÍLICA** - Luva de proteção contra agentes biológicos, descartável, confeccionada em borracha nitrílica, sem talco, sem qualquer tipo de pó, antialérgica, tipo punho curto, ambidestra, na cor azul, com acabamento da palma liso, não esterilizada. Características Adicionais: - Aplicação: para servidores portadores de processos alérgicos ao contato direto com o látex ou com o talco, - Confeccionada em nitrílica com ausência de pó lubrificante a base de amido, - com bainha e formato anatômico, - material íntegro, sem manchas, - boa resistência ao calçar, - tamanho "G" - embalagens devidamente identificadas, devendo constar tamanho, lote, data de fabricação e validade, Unidade de entrega: CAIXA com 100 luvas. Prazo de validade: mínimo de 48 meses a contar da entrega do material ao Tribunal.	CAIXA com 100 luvas	60	-	60	**R$ 19,77**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

13	**PAPEL HIGIENICO EM ROLO DE 60 METROS** - 100% fibras naturais, folhas simples, em relevo, resistentes, alta absorção, brancas, sem perfume, macias, suaves, picotadas, apresentação em rolo com 10 cm de largura, com tubete, em embalagem plástica, pct com 4 unidades. A embalagem externa deve trazer os dados de identificação e procedência que devem estar em conformidade com as normas da ABNT.	ROLO com 60 metros	**9.600**	**-**	**9.600**	**R$ 0,86**
14	**PAPEL HIGIENICO ROLO,** com 300 metros, 100% fibras naturais, folhas simples, brancas, macias, resistentes com boa absorção, sem furos, apresentação em rolos com 10 cm de largura x 300m de comprimento, com tubete, acondicionados em embalagens individuais plásticas. Resistente para amarração de até 2 metros de altura em pallets. A embalagem externa deve trazer os dados de identificação e procedência que devem estar em conformidade com as normas da ABNT.	ROLO com 300 metros	**5.000**	**-**	**5.000**	**R$ 2,92**
15	**REFIL PARA FILTRO DE PURIFICADOR DE ÁGUA - IBBL ATLANTIS e PDF300-2T:** - no mínimo três etapas de filtragem; - corpo de microfibra de polipropileno de densidade graduada, polipropileno atóxico; - pressão de trabalho: mínima: 5 a 50 m.c.a/ 49,03 a 490,33kPa; - capacidade de vida útil de no mínimo 3.000 litros ou 6 meses; - eficiente na retenção de partículas - Classe (P) III e de retenção de cloro livre - Classe(C) I; - efeito bacteriostático; - refil girou trocou (fácil substituição); - compatível com os purificadores de água marca IBBL, modelo Atlantis e PDF300-2T; SUSTENTABILIDADE: corpo de polipropileno reciclável atóxico	UNIDADE 1 refil	**200**	**-**	**200**	**R$ 56,44**
16	**REFIL PARA FILTRO DE PURIFICADOR DE ÁGUA LIBELL ACQUAFIT ELETRÔNICO** - no mínimo três etapas de filtragem; - capacidade de vida útil de no mínimo 4.000 litros; - filtro de carvão ativado impregnado com prata coloidal - tipo troca fácil (encaixe rápido) - pressão mínima e máxima – 4 a 39,3 m.c.a.; - vazão 45 litros / hora - Retenção de partículas Classe P (partículas de 5 a 15 micra) com redução de cloro Classe C maior que 75%; - Compatível com bebedouro marca LIBELL modelo ACQUAFIT.	UNIDADE 1 refil	**50**	**-**	**50**	**R$ 38,59**
17	**REFIL PARA FILTRO DE PURIFICADOR DE ÁGUA MASTERFRIO RESIDENCE** - filtro de rótulo azul em função do diâmetro do encaixe; - filtragem no mínimo 3 estágios; - pressão de trabalho: mínima: 3 a 40 m.c.a; - vazão de 40 litros/h; - capacidade de vida útil de 3.000 litros, eficiente na retenção de partículas, classe (P) III e de retenção de cloro livre - Classe (C) I, - refil girou trocou (fácil substituição); - compatível com purificador de água Masterfrio modelo Residence.	UNIDADE 1 refil	**100**	**-**	**100**	**R$ 69,06**
18	**REFIL PARA FILTRO PONTO DE USO IBBL POU 4.7/8":** - capacidade de vida útil de no mínimo 5.000 litros ou 6 meses; - uma etapa de filtragem; - eficiência de redução de cloro; - pressão de trabalho: 2 a 40 m.c.a/19,61 a 392,27Kpa; - classe P-C (partículas de 5 a 15 micra); - filtração mecânica + cartão ativado; - efeito bacteriostático; - Refil que encaixa no filtro de água ponto de uso IBBL POU 4⅞".	UNIDADE 1 refil	**100**	**-**	**100**	**R$ 33,00**
19	**REFIL PARA PRÉ-FILTRO – BEBEDOURO IBBL PDF 300-2T -** Acessibilidade - uma etapa de purificação; - corpo de microfibra de polipropileno de densidade graduada, polipropileno atóxico; - retenção de partículas de areia, barro, ferrugem e sedimentos; - pressão de trabalho: mínima: 5 a 50 m.c.a/ 49,03 a	UNIDADE 1 refil	**100**	**-**	**100**	**R$ 58,03**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

	490,33kPa; - eficiência na retenção de partículas Classe (P) D, tamanho da partícula (µm) = 15 a < 30; - capacidade de vida útil de no mínimo 3.000 litros ou 6 meses; - efeito bacteriostático; - "girou trocou" (fácil substituição); - Compatível com bebedouro IBBL PDF 300-2T.					
20	**SACO DE LIXO 200 LITROS** - Cor preto, em rolo, **reforçado**, com capacidade de 200 litros, com medidas aproximadas de 90cm x 110cm produto sustentável, reciclado. Fornecimento com identificação do produto, marca, dimensões e volume, contendo as palavras reforçado e reciclado. Apresentação em rolo ou fardo com 25 unidades de saco plástico Prazo de validade: indeterminado.	FARDO com 25 sacos	**300**	**-**	**300**	**R$ 49,83**
21	**TAPETE TIPO "PASSADEIRA"** Antiderrapante Medidas:60cm x 200cm Acabamento tipo overlock Altura: 5mm Superfície: sintético - 100% polipropileno Aspecto da superfície: "boucle" Cor: azul escuro ou cinza-chumbo	UNIDADE 1 passadeira	**150**	**-**	**150**	**R$ 234,60**
22	**TOALHA DE PAPEL** - interfolhado, folha simples, extra branca, com **3 dobras**, alto poder de absorção, material 100% fibra de celulose virgem, comprimento 22,5 cm largura 21 cm, **caixa com 2.400 fls**., separadas em 10 fardos com 240 folhas, ou 12 fardos de 200 folhas. Apresentação em fardos ou caixas de papelão com 2.400 fls. Marca de Referência: PROPAPER ref. Century TI 004	FARDO com 2.400 folhas	**2.000**	**50**	**2.050**	**R$ 21,40**

2.2 - Das Marcas Referenciadas:

2.2.1 - As marcas referenciadas já foram objeto de aquisições anteriores por este Tribunal ou indicadas por outros órgãos que já fazem uso do produto. Visam definir o padrão de qualidade e o desempenho do produto a ser adquirido.

2.2.2 - A empresa deverá fazer constar em seu orçamento a marca cotada, tomando por base a marca de referência do produto ou similar, com a finalidade de averiguar a adequação do item orçado ao descritivo proposto pelo órgão.

2.3 – Quanto à Sustentabilidade:

2.3.1 - A CF/88 art. 225 prevê: *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preserva-lo para as presentes e futuras gerações."*

2.3.2 - Quando o Poder Público toma a sustentabilidade como princípio norteador para a contratação de bens e serviços, além de fazer uma análise mais adequada da real necessidade das contratações, fomenta a produção e o consumo sustentável devido ao ganho pelas aquisição de escala, dessa forma estimulando seus fornecedores a buscar alternativas que atendam à responsabilidade ambiental por meio de incentivo ao mercado de consumo sustentável.

2.3.3 - Em alinhamento com a Política de Sustentabilidade do TRE-PR, se encontram solicitados critérios de sustentabilidade, onde são considerando os três pilares: econômico, social e ambiental.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

2.3.4 - Este Órgão tem a preocupação com a gestão dos recursos financeiros e com os impactos que as contratações podem causar ao meio ambiente e à sociedade, e busca além da conscientização ambiental, o envolvimento de fabricantes, fornecedores e usuários para a promoção de um ambiente ecologicamente equilibrado.

2.3.5 - Além das características contidas de forma pormenorizada nos descritivos dos materiais, para todos os itens constantes do presente, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na IN SLTI/MP nº 01 de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, art. 5º abaixo descrito:

Art. 5º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental ...

"I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;"

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens sejam preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (PB), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada."

2.3.5.1 - A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

2.3.5.2 - Fica estabelecido que selecionada a proposta, antes da assinatura da Ata, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o TRE/PR poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

2.3.6 - Conforme pesquisa no sítio do SEBRAE, a reciclagem consiste em um conjunto de técnicas e processos industriais que têm por objetivo reutilizar e converter o resíduo descartado em um material semelhante ao original ou em outro diferente. É o resultado de uma série de atividades pelas quais os

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

materiais que se tornariam lixo são coletados, separados e processados para serem utilizados como matéria-prima na manufatura de novos produtos.

2.3.7 - As caixas de papelão que acondicionam os materiais são consideradas sustentáveis, pois além de totalmente recicláveis, são diretamente utilizadas para o armazenamento do material recebido no estoque, bem como após esvaziada tem a missão de embalar materiais a serem remetidos aos cartórios eleitorais do interior, com total aproveitamento da embalagem.

2.3.8 - No que se refere às marcas de referência citadas nos descritivos, no tocante à sustentabilidade, a Administração Pública visa a garantia dos aspectos de durabilidade e qualidade dos materiais, já comprovadas pelo órgão em aquisições anteriores.

2.3.9 - Os materiais serão descartados de acordo com as orientações da Seção de Gestão da Sustentabilidde, conforme a Instrução Normativa nº 01/2010 - TRE-PR, que regulamenta o descarte de resíduos recicláveis. Na sede, o descarte se utiliza da Estação da Sustentabilidade, que permite a separação de resíduos recicláveis gerados por todo o Tribunal por categoria, de forma organizada, gerando assim economia para o Tribunal.

3 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1 - O material será solicitado por meio de nota de empenho à licitante vencedora. A mesma deverá entregar a quantidade total solicitada no empenho, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente do contratado.

3.2 – A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da Nota Fiscal correspondente, bem como cópia da Nota de Empenho, podendo, ainda, encaminhar a Nota fiscal antecipadamente à entrega, via email logmat@tre-pr.jus.br (conforme item 15.1 do edital).

3.3 - O prazo para entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos, **contados da data do aceite da Nota de Empenho.**

3.4 – **Do local da entrega:**

3.4.1 – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: as entregas deverão ocorrer na sede do TRE-PR em Curitiba-PR, Assistência de Logística de Materiais de Consumo, localizada na rua João Parolin, 224, Bairro Prado Velho – Curitiba/PR, CEP 80.220-902.

3.4.1.1 - A Contratada deverá agendar a entrega pelos telefones (41) 3330-8677, 3072-8335, 3072-4879 ou 3072-4839.

3.4.2 – 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado: Rua Vinte e Cinco de Agosto, nº 285 – Região do Lago, Cascavel – PR, CEP: 85801-060; Contato: Ana Paula Beor dos Santos; Fone: (45) 3411-1520 e 3225-4535(Fax); e-mail: anabeordossantos@gmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

3.5 – Do recebimento do objeto

3.5.1 – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

3.5.1.1 - Recebido o objeto, mas constatado qualquer defeito/imperfeição dos materiais, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do comunicado do gestor, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.

3.5.2 – Os recebimento do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado (33º BIM), será definido/ratificado pelo órgão quando da solicitação dos itens.

3.6 – São de responsabilidade da Contratada todos os encargos e despesas necessárias ao perfeito fornecimento do objeto, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

4 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1º e 2º, serão gestores e fiscais da contratação:

a) Gestor da Ata: Lilian Toczek e Nelson de Paula. As responsabilidades do Gestor da Ata são: formalizar à contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto e promover abertura de processo administrativo se necessário.

b) Fiscais da Ata: Denise Kruger e Leandro Rodrigues. São os responsáveis pela formalização à contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto e promoção de abertura de processo administrativo, quando couber, e pelo recebimento definitivo dos materiais, com análise aos itens entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência, devendo determinar o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados.

5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - Esclarecemos que as quantidades são estimativas máximas e que, este Tribunal se reserva o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral, ou NÃO adquirir o item.

5.2 - As licitantes deverão efetuar suas cotações seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aqueles que não puderem atender às condições do edital.

5.3 - Esclarecimento de dúvidas:

5.3.1 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná: dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Gestão de Material de Consumo – SGMC, pelos servidores Lilian ou Nelson pelos telefones: (41) 3330-8788 e 3072-4815.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

5.3.2 – 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado: com Ana Paula Beor dos Santos; Fone: (45) 3411-1520 e 3225-4535(Fax) e/ou e-mail: anabeordossantos@gmail.com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

ANEXO II

"MINUTA"

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Dra. Mônica Miranda Gama Monteiro, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, nº 7.892/13 (com redação dada pelo Decreto nº 8.250/14) e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 69/2017 (PAD 7.699/2017), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
RG nº
CPF nº
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
Fax:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de materiais de consumo, na categoria MATERIAIS ELÉTRICOS**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (Órgão Gerenciador) e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado – 33º BIM (Órgão Participante), conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência – Anexo I, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD. TRE/PR	QDE. 33º BIM	PREÇO UNITÁRIO

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do **órgão gerenciador**:

a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser enviado via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:

a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;

b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;

e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná ou 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado, a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem **obrigações do fornecedor**:

a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.

b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;

c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;

d) entregar o objeto solicitado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir do aceite da Nota de empenho.

e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

3.2 – Não será permitida a adesão à esta Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades que não participaram do certame licitatório.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito pela Assistência de Logística de Material de Consumo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento ora contratado, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Gestão Administrativa devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da lei nº 10520/2002:

a) Advertência;

b) Multas (serão aplicadas como base de cálculo o "valor do item empenhado e inadimplido")

b.1) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, somente poderá ser recebida a mercadoria com a anuência motivada do Gestor, sem prejuízo da aplicação de multa de 15% (quinze por cento).

b.2) Multa de 20% (vinte por cento) pelo **inadimplemento total**, caracterizado pela não entrega do (s) item (ns).

b.3) Multa de 5% (cinco por cento) sobre eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.

6.2 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU.

6.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;

II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR

IV. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceita as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR,_____ de _____ de 2017.

_____	_____
(Assinatura Representante legal)	Dra. Mônica Miranda Gama Monteiro
Nome:	Diretora Geral do TRE/PR
CARGO:	

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/10/2017 17:44:06
Por: BEATRIZ RODRIGUES DE MELO
TRE/PR